

LICENÇA CC BY:

Artigo distribuído sob os termos Creative Commons, permite uso e distribuição irrestrita em qualquer meio desde que o autor credite a fonte original.



# A PARTICIPAÇÃO DO PROGRAMA “A UNIÃO FAZ A VIDA” DA FUNDAÇÃO SICREDI NA REESTRUTURAÇÃO DO ESTADO: IMPACTOS NA COMPREENSÃO DA CIDADANIA

THE PARTICIPATION OF THE “A UNIÃO FAZ A VIDA” PROGRAM OF THE SICREDI FOUNDATION IN STATE RESTRUCTURING: IMPACTS FOR THE UNDERSTANDING OF CITIZENSHIP

LA PARTICIPACIÓN DEL PROGRAMA “A UNIÃO FAZ A VIDA” DE LA FUNDACIÓN SICREDI EN LA REESTRUCTURACIÓN DEL ESTADO: IMPACTOS EN LA COMPRENSIÓN DE LA CIUDADANÍA

Felipe José Schmidt<sup>1</sup>

José Luiz Zanella<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Mestre em Educação pela UNIOESTE. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), São Carlos, SC, Brasil.

<sup>2</sup>Doutor em Educação pela UNICAMP. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Francisco Beltrão, PR, Brasil.

**Resumo:** O Programa de Educação Cooperativa “A União Faz a Vida” da Fundação SICREDI está alinhado aos novos papéis atribuídos ao Estado neoliberal no que diz respeito à educação básica e faz parte das reformas contemporâneas que expressam interesses em participar da formação de uma nova cultura cívica. Dessa maneira, refletimos sobre o tipo humano que o PUFV vem fomentando por meio de projetos educacionais, consolidando as estratégias do capital com implicações para a democracia e os direitos sociais em direção contrária à emancipação da classe trabalhadora.

**Palavras-chave:** Público e privado na Educação; Educação cooperativa; Cidadania.

**Abstract:** The Educational Cooperative Program “A União Faz a Vida” (Union brings Life) of SICREDI Foundation is aligned with the new roles assigned to the neoliberal state in basic education, and is part of contemporary reforms that express interest in participating in the formation of a new civic culture. We therefore reflect on the type of citizen that the PUFV has been seeking to foster through its educational projects, consolidating the strategies of capital with implications for democracy and social rights, going against the emancipation of the working class.

**Keywords:** Public and private education; Cooperative education; Citizenship.

**Resumen:** El Programa de Educación Cooperativa “A União Faz a Vida” de la Fundación SICREDI está alineado con los nuevos papeles atribuidos al Estado neoliberal en lo que se refiere a la





educación básica y hace parte de las reformas contemporáneas que expresan intereses en participar en la formación de una nueva cultura cívica. De esa manera, reflexionamos sobre el tipo humano que el PUFV viene fomentando a través de proyectos educativos, consolidando las estrategias del capital con implicaciones para la democracia y los derechos sociales, en dirección contraria a la emancipación de la clase obrera.

**Palabras clave:** Público y privado en la Educación; Educación cooperativa; Ciudadanía.

## Introdução

A indagação sobre a concepção de cidadania na educação pública é relevante na formação de educadores e para a compreensão de políticas públicas, pois é parte do processo educacional na educação formal (BRASIL, 2016). Compreender o termo é fundamental no desafio que a educação tem diante dos múltiplos descaminhos que ameaçam nossas delicadas democracias e da consequente necessidade de construir uma sociedade democrática, possibilitando a emancipação social, política e econômica das pessoas estudantes. Neste sentido, para o campo da educação, a noção é resultante e causa de implicações na concepção antropológica, histórica, social, política e, finalmente, na organização escolar. Requer do ensino, além das noções instrumentais relativas à leitura, escrita, cálculo, história e geografia, “a mesma relevância, das noções de direitos e deveres, entendidas como elementos primordiais de uma nova concepção do mundo que entra em luta contra as concepções dadas pelos diversos ambientes sociais tradicionais” (GRAMSCI apud SAVIANI, 2008, p.16).

Ressaltamos que o pressuposto teórico-metodológico que embasa este trabalho é que a política educacional é parte da materialização do Estado que, por sua vez, é parte do movimento histórico em um período particular do capitalismo (PERONI, 2011).

Considerando estas prerrogativas, pretendemos evidenciar o papel da educação como foco central desta complexa reorganização das estruturas de poder para obter resultados diretos na formação de uma nova cultura cívica. Para isso, problematizamos a proposta metodológica e o modelo de parceria realizado pelo Programa de Educação Cooperativa “A União Faz a Vida” (PUFV) da Fundação SICREDI, que é aplicado na educação básica em 292 municípios. Mediante a análise da proposta metodológica de execução do PUFV, identificamos que seu objetivo principal é:

Construir e vivenciar atitudes e valores de cooperação e cidadania, por meio de práticas de educação cooperativa, contribuindo para a educação integral de crianças e adolescentes em âmbito nacional (SICREDI 2008a, p.7).

Dessa maneira, refletimos sobre o tipo humano que o PUFV vem fomentando por meio de projetos educacionais para consolidar as estratégias do capital que reestruturam o papel do Estado com implicações para a democracia e os direitos sociais. Em nosso enfoque teórico metodológico, a política educacional é parte constitutiva das mudanças macrossociais e econômicas (PERONI, 2013).



Enfatizamos que o desafio da formação do cidadão exige a superação do referencial hegemônico e não da adaptação a ele. Tal propósito se edifica a partir do pressuposto teórico e filosófico que postula a necessidade de real emancipação dos cidadãos e não apenas a formalização de direitos e a responsabilização individual das mazelas sociais.

Nosso interesse é possibilitar analogias entre a concepção do cidadão “filantropo-empresário” proposta pelo Terceiro Setor (BALL, 2013, p.33) e a concepção do cidadão “cooperativo-empresário” proposta pela FS (SICREDI, 2008a, p.7), verificando em que medida elas tencionam à lógica do capital ou conciliam-se. Por fim, avaliamos as especificidades do PUFV e a sua participação neste projeto societário.

De tal modo, ponderamos alguns mecanismos típicos do conjunto das políticas de reestruturação econômica global que podem ser encontrados na reforma educacional que o PUFV participa. Analisamos as consequências desses componentes políticos na educação, cujo maior agravante é a adaptação do cidadão e da educação às novas demandas do trabalho no pós-fordismo e da nova sociabilidade, já que desta advém a desintegração entre educação e trabalho.

## O processo de reestruturação do Estado e A nova cultura cívica

Os processos de reestruturação do Estado e da modernização da Sociedade Civil vêm sendo conjecturados no mundo capitalista moderno como parte e consequência das correlações de força da complexa reorganização das estruturas de poder. Com base em autores como Mézaros (2011) e Harvey (1989, 2008, 2011), sustentamos a tese de que a crise atual requer uma avaliação adequada da natureza econômica e social para compreendermos o contexto em que estamos vivendo. Ela é estrutural, tem caráter universal, é global e sua escala de tempo é extensa e contínua (MÉSZÁROS, 2011).

Nesse contexto, para Peroni, o capitalismo vem agindo com as seguintes estratégias de superação da crise: “o neoliberalismo (privatização do mercado), a globalização, a reestruturação produtiva e a Terceira Via (pelo público não-estatal e sem fins lucrativos)” (2011, p.27). A ideologia neoliberal encontrou caminhos lucrativos, fazendo-se presente na maioria esmagadora dos governos capitalistas contemporâneos.

Pressionados pela queda de lucro, os neoliberais propugnaram-se a:

[...] devolver ao mercado a regulação de questões como a educação, a saúde, a habitação, a previdência, os transportes oferecidos no Estado de Bem-estar. Essa é uma clara prova de que os direitos sociais não interessam à burguesia: em algumas conjunturas, ela pode até tolerá-los e tentar usá-los a seu favor, mas se empenha em limitá-los e suprimi-los sempre que, nos momentos de recessão (que são inevitáveis no capitalismo), tais direitos se revelam contrários à lógica capitalista da ampliação máxima da taxa de lucro (COUTINHO, 1999, p.52).

Considerando esta conjuntura, a burguesia neoliberal teria interesse em reestruturar o Estado, pondo fim ao Estado de Bem-estar social, a fim de racionalizar recursos e





modernizar os entes da Sociedade Civil. A proposta de superação da crise tem sido esvaziar o poder das instituições e consolidar o poder da classe capitalista.

Peroni pondera que a principal alternativa proposta tanto para que o Estado não seja mais o principal executor das políticas sociais como para que, “através da parceria público-privado, possa aprofundar a lógica de mercado nas políticas públicas, qualificando-as” é a Terceira Via (2015, p.13), elaborada por Anthony Giddens, cujo objetivo é “reformular o governo do capitalismo por intermédio de mudanças na política e na economia defendendo com vigor a ideia de mercado” (LIMA, 2005, p.44).

Desta alternativa, urge um ambiente favorável para que o setor privado provisione, envolva-se e se prestem serviços educacionais com soluções baseadas no mercado, flexibilizando, assim, as fronteiras do público e do privado e, conseqüentemente, produzindo ressignificações para a concepção da cidadania e direitos sociais. Contudo, dessa maneira, as políticas sociais perdem seu princípio universalista, sendo fortemente precarizadas, perdendo os recursos correspondentes e necessários para executá-las (MONTAÑO apud PERONI, 2015).

Considerando as estratégias do Estado com a participação do Terceiro Setor, seu papel na crise não é nada mínimo, “tem de usar o seu poder para impor ou inventar sistemas de mercado” (HARVEY, 2008, p.13). Historicamente, foi chamado a tentar controlar e regular as contradições do capital e a relação capital/trabalho; atualmente, é chamado a socorrer o capital produtivo e financeiro nos momentos de maior crise em detrimento das políticas sociais.

O Estado materializa a proteção dessa lógica mercantil inserindo na legislação nacional a viabilidade de parcerias com programas de educação, como o Programa “A União Faz A Vida”, que é o foco desta análise. Da mesma forma, grande parte dos movimentos sociais foram institucionalizados em aparelhos privados de novo tipo, dando lugar, na arena política, a novos sujeitos políticos coletivos na Sociedade Civil, genericamente denominados de Organizações não Governamentais (ONGs) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), como é o caso da Fundação SICREDI.

Vinculadas ao mercado, têm o protagonismo e o incentivo público para interferir e elaborar ou executar políticas sociais preenchendo, assim, o vácuo dos direitos deixados pelo Estado (HARVEY, 2008).

Ao deixar de ser o principal executor das políticas sociais, o Estado promove, na análise de Peroni,

[...] um esvaziamento das políticas sociais entendidas como direito universal. Aumentou, portanto a separação entre o econômico e o político, historicamente presentes no capitalismo, e o esvaziamento do conteúdo da democracia. Perdeu-se a discussão das políticas sociais como a materialização dos direitos sociais (WOOD apud PERONI, 2013, p.17).

A Sociedade Civil modernizada, conseqüentemente, passa a ser pautada em uma lógica gerencialista como parte constitutiva das mudanças sociais e econômicas. Não



como uma determinação mecânica e consequente, mas como processo (GIDDENS apud PERONI, 2015). Recorrendo a uma concepção da dispersão de poder em processos de reforma do Estado, entendemos que o gerencialismo fornece coerência tanto ideológica como organizacional aos cenários complexos de projetos que emergiram da reforma do estado. "Fronteiras borradas, formas organizacionais hibridizadas, arranjos de governança inovadores e novos aparelhos de responsabilização e avaliação são articulados pelas promessas de maior liberdade e autoridade gerencial" (NEWMAN, 2012, p.1).

Neste sentido, para compreender a Sociedade Civil moderna, faz-se necessário aproximar a relação entre a cultura capitalista e a democracia como consequência do desenvolvimento econômico da burguesia, a qual provocou, e continua a provocar, profundas mudanças na concepção de cidadania, por meio da conciliação entre o capitalismo e o fortalecimento das sociedades democráticas, "que tornam os públicos cada vez mais ansiosos por instituições democráticas e com maior probabilidade de as apoiarem se forem implantadas" (INGLEHART, 2002 p.135).

Nesta visão, a democracia deve ser fortalecida com a participação da Sociedade Civil modernizada nas tarefas que pertenceriam ao Estado. Para este fim, vários aparelhos privados de hegemonia foram criados, conquistando espaços de participação e ampliação de direitos, principalmente envolvendo o povo nas políticas sociais e fomentando a lógica do mercado internamente ao Estado. Nestas circunstâncias, "o chamado Terceiro Setor tem sido considerado o atual fulcro da Sociedade Civil ressignificada" (MORAES, 2003, 161).

No intuito de alcançar o consenso, um conjunto de valores ligados às transformações dos ambientes produtivos é propagado e impacta diversos setores da sociedade, arrasando as instituições representativas dos sindicatos, dos movimentos e dos partidos de esquerda. O foco central desta complexa reorganização das estruturas de poder para obter resultados diretos na formação de um novo tipo humano é a educação em sua concepção mais genérica ou na especificidade da instituição social que a tem como atividade central. Assim, a escola certamente passa por reformulações, já que o controle e a administração sobre a força de trabalho são condições essenciais para o desenvolvimento da economia capitalista (BERNARDO, 1985; BRUNO, 2011). A existência do PUFV em parcerias com o público, participando da condução dos processos educacionais e envolvendo a comunidade escolar, é parte da lógica da modernização da Sociedade Civil com foco principal na educação para a formação do cidadão cooperativo (SICREDI, 2008a). Para isso, reformula a pedagogia escolar e a gestão dos processos educacionais, fomentando a reorganização das estruturas de poder do Estado neoliberal de forma orgânica.

Pontuamos dessa maneira que o processo de ressignificação do Estado e da sociedade civil abrange a educação e as instituições de ensino em todos os níveis, porque a educação passa a ser objeto de interesse do capital internacional e assume uma característica econômica fundamental no capitalismo condicionada às normas de comercialização. Torna-se um bem de serviço, uma mercadoria (OLIVEIRA, 2009).





Apesar de o Estado continuar a ser o principal regulador desta relação entre o público e o privado, podemos dizer que essas relações estão mudando a educação, sem que isso signifique forçosamente uma privatização global do sistema. O que “verifica-se é uma hibridação do público e do privado e uma complexificação das suas relações” (BALL, 2013, p.52)

Ao possibilitar que o PUFV participe da formação educacional básica, entendemos que o Estado concebeu uma relação pedagógica que autoriza instaurar a proposta de formação cidadã. Como educador, o Estado assume seu papel de

(...) criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade (GRAMSCI, 1991, p.91).

Segundo o autor, ao Estado capitalista impõe-se a complexa tarefa de formar um certo “homem coletivo”, conforme a sociabilidade burguesa. Para isso, o Estado moderno torna-se educador, civilizando e moralizando as massas a tipos novos de humanidade.

Ao mudar o papel do Estado e as fronteiras entre o público e o privado, a compreensão da cidadania e as exigências dos direitos do cidadão são transformadas. No caso específico da educação brasileira, o debate crítico em defesa da educação que vinha desde a disputa política pela democratização da sociedade brasileira na década de 1980 perdeu força. Na primeira metade da década de 1990, o processo de reestruturação do Estado brasileiro foi agravado pelas políticas neoliberais por meio da implementação de medidas de privatização e reforma da aparelhagem.

A proposta do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) apresentou em 1995 o Projeto de Reforma do Estado, apresentando o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE).

[...] a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB/96), que estava no bojo da reforma educacional brasileira, ilustra a reconfiguração do papel do Estado sob a ideologia neoliberal, em que ele passou a concentrar a direção e o controle de todo o sistema, mas partilhando o provimento desse serviço com a sociedade (MONTEIRO, 2013, p.277).

Com a publicação da Emenda Constitucional (EC)/19, de junho de 1998, conforme Pires (2011), registra-se o marco legal da relação público-privada que reflete a lógica neoliberal e que se caracteriza pela diminuição da máquina pública e dos gastos sociais, pela ênfase na racionalidade administrativa e pela busca por resultados, bem como pela criação da figura do cidadão-cliente. O governo Lula (2003-2010) formulou e promulgou a Lei de Parcerias Público-Privadas (PPPs, Lei Nº11.079, de 30 de dezembro de 2004), alterada no governo Dilma (2011-2015) pela Lei 12.766/2012, e que se expandiu na esteira do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e também na educação (CAETANO & PERONI; 2015).

Haja vista que os incentivos políticos brasileiros se articulam com o capital internacional, esses interferiram no processo de controle e regulação social na reconfiguração das instituições públicas, impactando diretamente na educação para



que o Terceiro Setor participe e lucre a partir da prestação de serviços educacionais. A construção de adjetivos à cidadania condicionando novos elementos para a formação dos sujeitos pretende sustentar a complexa organização das estruturas de poder nas relações sociais de mercado, tendo em vista que “à medida que as sociedades se desenvolvem economicamente, suas culturas tendem a mudar” (INGLEHART, 2002, p.143).

A sociedade civil, nesta reconfiguração do papel estatal, se reordena e se renova, abrindo um espaço de restauração das solidariedades danificadas, promovendo a coesão cívica ou social por intermédio da disseminação de posturas mais harmônicas, flexíveis, dialógicas e cooperativas que permitiram enfrentar os desafios da chamada era das incertezas artificiais até atingir o conjunto da sociedade (LIMA; MARTINS 2005).

Nos termos de Ball (2013, p.33), “estamos agora oficialmente na era dos filantropo-empresários, cuja diferença entre um fundo de capital de risco, uma fundação e um empreendimento social torna-se totalmente turva”. Esta nova cidadania é fundamental para o Estado, afirma Ramos (2015), por impulsionar uma nova cultura cívica por meio da renovação organizativa da sociedade civil, visando consolidar a coesão social, o empreendedorismo social e a ação voluntária dos indivíduos.

Observamos que “a mesma lógica do mercado que elabora táticas de superação da crise econômica é a que redefine os processos educacionais propondo elaborar uma nova cidadania pertencente à sociedade burguesa, configurando o cidadão filantropo-empresário” (BALL, 2013, p.33).

Sob a retração da participação popular aos limites de um pacto social no qual capital e trabalho procuram humanizar as relações sociais vigentes de exploração, expropriação e de dominação,

[...] o apelo à responsabilidade social de cada indivíduo, grupo ou comunidade, ponto focal da ideologia burguesa no atual processo de ocidentalização, constitui-se em importante estratégia de minimização dos efeitos da superexploração [...] - contraditoriamente, constitui-se também em importante mecanismo mobilizador em uma sociedade em que a caridade representa, desde as origens, um valor fundamental (NEVES, 2015, p.38).

Todavia, ao mesmo tempo em que o processo de modernização capitalista desenvolve estratégias com vistas a sua legitimação social, ora amplia de forma segmentada os direitos de cidadania por meio de insistentes reivindicações das minorias, ora inviabiliza a organização autônoma da classe trabalhadora, realizando a adaptação do conjunto da sociedade a uma forma particular de civilização, de cultura, de moralidade (NEVES, 2005). As sociedades democráticas modernas vêm sofrendo o impacto das estratégias do capital para superação da crise e, dessa maneira, requisitam de seus cidadãos o engendramento nesta conjectura, a fim de suprir com aquilo que o Estado não pretende arcar e, por isso, favorecem estratégias que se empenham em fortalecer a cooperação e o empreendedorismo. Na perspectiva de protagonismo individual e de conservação das relações sociais vigentes, os indivíduos são incentivados a ser ativamente responsáveis pelos destinos da sociedade, entendidos como cooperativos, cidadãos de boa vontade



em um pacto pelo bem comum, no qual deverão tornar-se empreendedores de uma causa, executando as políticas sociais com espírito solidário e colaborativo.

Objetivando instituir uma nova linguagem hegemônica nos anos 1990, organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial faziam apologia de uma cidadania ativa, dirigindo as ações entre países e indivíduos para ações de interdependência, de colaboração, evocando a imagem de uma sociedade harmoniosa, em que instituições sociais, comunidades e cidadãos participariam ativamente de seus destinos e de seu progresso e sucesso no mundo do trabalho a partir de suas habilidades e competências. Saberes que cada um, de forma individual, teria a responsabilidade de construir para si próprio, como a aquisição de um capital de conhecimento (MELO, 2005, p.69-70).

Para a concretização desta cidadania “ativa” e “renovada”, de acordo com Neves (2005), o Terceiro Setor ampara-se na conciliação de interesses plurais, na auto-organização e no envolvimento das populações com as questões ligadas às suas localidades, no trabalho voluntário e na ideologia da responsabilidade social, caso da Fundação SICREDI.

O que se mantém na realidade é que o Terceiro Setor modifica a questão social e, inclusive, elabora a falácia da participação da sociedade civil ao enfatizar incessantemente a filantropia, a caridade, a solidariedade, a cooperação, etc., como papéis do cidadão (MONTAÑO apud PERONI, 2015). Nesse entendimento da chamada sociedade civil, ela se tornaria o *locus* da ajuda mútua, da solidariedade, da colaboração e da harmonização das classes sociais, a qual é inspirada no caráter de filantropias típicas do mundo das polaridades de classe.

No intento de canalizar a indignação e o sentimento de impotência do homem em face das profundas injustiças sociais, segundo Neves, “pretende-se evitar que a indignação se transforme em impulso de constituição de sujeitos políticos coletivos contestadores da ordem estabelecida” (2005, p.27).

Conforme Peroni (2015), os membros desta nova sociedade civil são entendidos como filantropos que se responsabilizarão pelos destinos da sociedade, já que o empreendedorismo e a concepção de mercado são apregoados como conteúdo da política social.

Nesse cenário, o novo cidadão, para ser um empresário prestador de serviços, deve chegar às empresas em condições de competir com os outros empresários de si mesmos com um conjunto de elementos: investimentos em seu currículo para sua formação, seguridade social, plano de saúde e chegar pronto para o mercado de trabalho.

Enfatizamos que o mercado recebeu a regulação da educação como um caminho lucrativo e como estratégia de superação da crise econômica, nesta atuação, age para a conformação humana às condições de adaptação à dinâmica do modo de produção da sociedade capitalista. Para este fim, ressaltamos o preponderante papel do Estado e da educação para a formação da nova cultura cívica como partes da reorganização das estruturas de poder do privado sobre o público processadas no mundo capitalista moderno que implicaram na ampliação da sociedade civil.

O binômio do novo cidadão moderno almejado, o filantropo-empresário, sintetiza os atributos da solidariedade como responsabilidade social e o empreendedorismo como reforço à meritocracia para a adaptação do cidadão à reestruturação produtiva pós-fordista. Dessa



maneira, entendemos que a sociabilidade burguesa requer a conformidade técnica e ética das massas aos ditames do Estado capitalista e sua lógica de mercado.

## O Programa de Educação Cooperativa “A união faz a vida” e a cidadania cooperativa

Tendo reconhecido e identificado a educação como foco estratégico do capital e a concepção de cidadania almejada nesta prospecção, a seguir, relacionamos estes processos e os reconhecemos no Programa de Educação Cooperativa “A União Faz a Vida” da Fundação SICREDI, o qual atua diretamente na educação básica brasileira.

O PUFV está presente em cinco estados brasileiros e, em 2017, financiou a formação de 21.940 educadores de 1.485 escolas em 292 municípios brasileiros, impactando indiretamente 229.780 crianças e adolescentes com a metodologia.

O Programa direciona-se às escolas públicas de Ensino Fundamental I e II, de Educação Infantil e Ensino Médio. As exceções de parcerias com o privado são pontuais e abrangem escolas, ONGs e entidades sociais específicas, como a rede SESI do Paraná, sempre mediante a adoção de contratos de parceria por meio de Acordo de Cooperação ou de Editais.

A Fundação SICREDI foi reconhecida pelo Ministério da Justiça do Brasil como uma Organização de Sociedade civil de Interesse Público (OSCIP) desde 25 de junho de 2010. Destacamos as seguintes finalidades, de acordo com o Estatuto da FS informado na página do PUFV:

[...]III. Desenvolver e coordenar a implementação de programas educacionais e projetos que tenham como objetivo a prática do cooperativismo, da mutualidade, do empreendedorismo, a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e a promoção da cultura e do desenvolvimento sustentável;

VIII. Desenvolver e coordenar programas educacionais que visem à promoção e à vivência de atitudes e valores de cooperação, cidadania, ética, paz, direitos humanos, democracia e de outros valores universais. (SICREDI, 2017).

Nessas finalidades e no desenvolvimento de suas atividades, a Fundação enfatiza a educação como instrumento de formação do cidadão cooperativo e empreendedor. De acordo com o seu aporte teórico, a valorização da cooperação nos ambientes escolares vai ao encontro do projeto de uma nova cidadania. Para atingir este objetivo, a metodologia do Programa quer estimular a incorporação de atividades cooperativas nos ambientes educacionais.

O Sistema SICREDI aponta-o como sua Ação de Responsabilidade Social mais importante. Nesse modelo de filantropia, o mercado é apresentado como um espaço compensatório e como uma nova fonte de soluções alternativas para problemas de desenvolvimento, afirma (BALL, 2013).





O aporte teórico analisado para embasar a pesquisa sobre PUFV são os livros da Coleção de Educação Cooperativa e o Caderno Didático para Assessores Pedagógicos. A coletânea possui quatro cadernos (2008a), (2008b), (2008c), (2009), desenvolvidos pela Fundação SICREDI, pelas Assessorias Pedagógicas, pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC) e pelos Parceiros do Programa (Secretaria de Educação e demais Instituições de Ensino).

A intencionalidade do Programa, de acordo com os manuais, é repensar a escola tradicional, seus modelos pedagógicos, currículo, atores envolvidos, seus tempos e espaços e seu sujeito principal, o ser humano.

A metodologia do Programa pretende instaurar através de projetos, uma ambiência profícua para a troca de experiências e de saberes sobre os temas mais significativos e relevantes para o conjunto dos atores sociais envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem porque sustenta que a escola não consegue sozinha realizar a tarefa de formar integralmente os cidadãos (SICREDI 2008d, p.18).

Por meio da metodologia, o PUFV pretende promover a Educação Integral dos estudantes que garanta as aprendizagens necessárias:

[...] à complexidade da vida em sua totalidade, ao trabalho, à participação e à cidadania plena (...), uma combinação de diferentes tempos e espaços, sempre definidos segundo os objetos de conhecimento, os sujeitos e o contexto em que vivem (SICREDI, 2008c. p.19).

Esta proposta é realizada na rede pública inicialmente por meio de uma formação pedagógica para professores e gestores nas semanas pedagógicas. Tem duração de 24 horas, dividida em três dias de trabalho. Quem apresenta o PUFV é um profissional externo à Secretaria de Educação do Município indicado pela Fundação SICREDI para mediar a proposta. Este identifica-se como assessor pedagógico e seus honorários são pagos ora pelas prefeituras ora pela Fundação. A metodologia quer estimular os educadores a organizar suas ações cotidianas, buscando fluidez entre as aprendizagens ocasionais e intencionais e flexibilidade ao contexto para constituir-se em um processo capaz de identificar as mudanças necessárias a cada realidade.

A sequência metodológica do PUFV segue três índices que devem ser realizados no processo: inicial, formativo e final. Em linhas gerais, o índice inicial diz respeito ao levantamento prévio de dados das crianças sobre um tema que o professor escolheu tratar, suas hipóteses e referências de aprendizagem. O segundo momento é o formativo, organiza as questões levantadas pelo grupo, as quais deverão ser respondidas por meio de pesquisas individuais e/ou grupais, convites a conferencistas especializados no assunto, visitas de aprofundamento, etc. O índice final do projeto organiza os conhecimentos adquiridos, possibilitando clareza do conjunto de saberes adquirido e os procedimentos de pesquisa constituídos para tal intento. As principais ferramentas teórico-metodológicas do Programa, asseguradas e implementadas pelos assessores pedagógicos nesta formação inicial, pretendem desenvolver a cidadania cooperativa por meio das seguintes tecnologias educacionais: expedições investigativas; trabalho com projetos; e participação da comunidade de aprendizagem.



O PUFV considera que a principal fonte de conhecimento da metodologia é a realidade social. Nela se estabelecem as metas dos projetos e a centralidade do professor é substituída pela atividade, pelo interesse, pela necessidade e pela experiência da criança. Consequentemente, o conhecimento passa a ser fruto da reflexão sobre situações concretas, em especial, no mundo do trabalho e que, por ser uma constante, a concepção reforça a necessidade dos sujeitos continuamente a aprender. Nesta perspectiva, o cidadão que está em formação é instigado a participar de sua comunidade por meio da observação de problemas reais e provocado a resolvê-los.

Conforme o aporte do Programa, o importante nos projetos não é o conteúdo mobilizado, mas o processo de sua constituição, as estruturas que possibilitam a aprendizagem para a organização e o seu eixo condutor. "Conhecimento esse que não reconhece hierarquia entre conhecimentos científicos e a sabedoria popular, ou entre cultura clássica e erudita e a tradição e as manifestações populares" (SICREDI, 2009, p.19).

Assim, o Programa engendra o estilo epistemológico centrado na construção de uma matriz aberta e que se afasta da ideia de programa curricular, "a fim de que não haja limitações para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem e, em especial, para o potencial criativo dos atores" (IDEM, p.18). Sugere o trabalho em grupo como uma experiência cooperativa importante, pois possibilita intensas trocas para o processo de vida social coletiva e valoriza as propostas de projetos com relação a problemas, riquezas e demandas de sua comunidade. Após identificar os problemas, o objeto de conhecimento será escolhido pelos estudantes para ser desenvolvido por meio de projeto. Pontuado o que as crianças já sabem sobre o tema escolhido, o educador passa a elaborar e organizar as questões que expressam o que os educandos gostariam de saber mais sobre o tema mobilizado. Essas problematizações deverão ser respondidas na segunda etapa, chamada de Índice Formativo. Este constitui um instrumento de avaliação, o que implica em sínteses provisórias sobre os conhecimentos conquistados por meio das pesquisas individuais ou grupais.

O Índice Final organiza os conhecimentos adquiridos e possibilita a tomada de consciência dos procedimentos mobilizados para a sua aquisição. Fornece um olhar retrospectivo que permite comparar o nível inicial, as primeiras expectativas de aprendizagem, como os níveis de aprendizagem atingidos no final do desenvolvimento do projeto. Aponta para novos projetos e avalia sobre os conhecimentos apropriados.

Por fim, outra ferramenta teórico-metodológica do PUFV é a Comunidade de Aprendizagem. Esta iniciativa "busca compartilhar a responsabilidade de educar com as organizações não-governamentais, os movimentos populares, os institutos e as fundações empresariais" (SICREDI, 2008d, p.18). Ela "é uma comunidade humana organizada que constrói um projeto educativo e cultural próprio para educar a si própria, suas crianças, seus jovens e adultos, graças a um esforço endógeno, cooperativo e solidário" (SICREDI, 2008d).

Destacamos as tipicidades da cultura cívica que o PUFV pretende alcançar. A cidadania, na metodologia do PUFV, tem sido apresentada como capaz de estabelecer





novas práticas sociais comprometidas com a solidariedade e a ajuda mútua, com o desenvolvimento da democracia e do consenso e com a necessidade de empreender para desenvolver a qualidade de vida do cidadão em sua comunidade.

De tal modo, essas estratégias metodológicas são implementadas no intuito de compor projetos que possibilitem às crianças e aos adolescentes vivenciar a cidadania nos espaços educativos que habitam.

A educação deve contribuir para a autoformação da pessoa (ensinar a assumir a condição humana, ensinar a viver) e ensinar como se tornar cidadão. Um cidadão é definido, em uma democracia, por sua solidariedade e responsabilidade em relação a sua pátria (MORIN apud SICREDI, 2008c, p.19).

Considerando o processo destacado até aqui, entendemos que os elementos inerentes à prática dos projetos e os valores intrínsecos à sua consecução apresentam explícita e subjacentemente um “tipo humano”, um modelo de cidadão, que tanto a escola como o PUFV pretendem elaborar, o cidadão cooperativo.

Ao mesmo tempo, o PUFV carrega uma visão na qual não há sociedade, mas sim indivíduos que, por meio de projetos individuais e coletivos, terão o autogoverno, o autocuidado e a autorresponsabilidade de gerir temas e problemas do mundo que interessam e são necessários aprender a resolvê-los entre si (SICREDI, 2008d).

Partindo desta concepção, o projeto quer introduzir a prática de buscar sempre novas metas após as metas alcançadas, pressupondo inovação na gestão de uma singularidade incerta. Seu objetivo é mostrar ao cidadão que não há um “fim” como foco que se pretende alcançar, seguindo as competências que levariam à eficácia do PUFV e são elencadas assim: competências para compreender a complexidade humana; competências para conhecer e compreender ideologias, contextos, tradições, cultura, crenças, valores; competência para liderar, influir, motivar; competência para acompanhar, integrar e avaliar a mudança (SICREDI, 2008d).

Neste contexto, os profissionais e os gestores ficam sujeitos às exigências de missões organizacionais propostas pelo Programa “A União Faz a Vida”, estratégias comerciais, metodologia de ensino e normas de desempenho. Na medida em que os vínculos com o Estado são (seletivamente) afrouxados, o PUFV fica cada vez mais fortalecido. Sobrevivência e sucesso dependem de sua própria capacidade para assegurar espaço e atrair professores. Os assessores pedagógicos subsidiados têm privilégios de acesso à escola e de abordagem aos docentes em horário de trabalho. Entre múltiplos prestadores ambicionando este espaço, a Fundação SICREDI tem ampliado anualmente as parcerias. Destacamos que o vínculo dos docentes ao PUFV é mantido por uma lógica de premiação a todos e pela certificação de carga horária de formação continuada reconhecida pelas municipalidades para o avanço de carreira. Além disso, há uma lógica de benefícios e comemorações no dia dos professores com viagens, brindes e presentes do Programa aos participantes para que a adesão seja fortalecida e efetivamente aconteça. Dessa maneira, o benefício salarial como progressão e avanço da carreira é dado pelo município



e não pela FS. Em troca deste vínculo institucional, o município cumpre com a formação continuada dos professores, terceirizando o processo público para o privado.

Quanto à gestão escolar, ela é tomada como central para proporcionar as condições adequadas para que as pessoas envolvidas promovam os projetos dentro da metodologia. “A ideia é de que esses valores sejam permanentemente vivenciados de tal forma que sejam incorporados aos comportamentos dos indivíduos” (SICREDI, 2008h, p.7).

Para que o Programa possa ser desenvolvido, o manual aponta que o gestor escolar deve trabalhar para uma gestão na e para a cooperação. A cultura organizacional da escola é comparada à corporativa e se relaciona ao “condicionamento dos integrantes, a transformação do conjunto de valores, princípios e políticas da empresa em atitudes, expectativas e normas a ser compartilhadas, adotadas e praticadas por seus funcionários” (SICREDI, 2008h, p.11). Quanto ao impacto no desenho institucional, o PUFV não propõe alterações na organização e na estrutura do órgão gestor da educação municipal ou na ordem hierárquica e não tolhe a possibilidade de liberdade de ensino, já que outras metodologias podem ser inseridas pelos professores, intercalando suas rotinas. Diante desta conjuntura reestruturada em que o Estado passa a seguir a orientação privada, educadores e estudantes envolvidos ficam suscetíveis a reproduzir comportamentos e expectativas atreladas aos métodos e aos valores propostos, ainda que o Estado continue a ser o grande executor da educação, o PUFV disputa, dentre outros, a preferência das municipalidades para que sua concepção de cidadania prevaleça e seja disseminada. Essa formação e os valores do cooperativismo são essenciais para o negócio das Cooperativas de Crédito do Sistema SICREDI.

Sendo assim, não há exclusividade ou obrigatoriedade de adesão de todos os educadores a ele. Pretende conquistar os educadores pela causa do cooperativismo, tornando-os responsáveis por vivenciar atitudes e valores do Programa. Portanto,

[...] é imprescindível que todos os envolvidos com o Programa incorporem esses princípios ao seu cotidiano, pois se acredita que a apropriação de novas posturas e atitudes só ocorre quando elas são vivenciadas no dia-a-dia (SICREDI, 2008, p.7).

Dessa maneira, o comportamento do educador envolvido é entendido como determinante para a condução do processo fundamentado na ideia de que “o grau de cidadania dos educadores é o primeiro recurso da escola” (PERRENOUD, 2005, p.29).

Contudo, a liberdade dada aos docentes nos trabalhos com projetos é tolhida posteriormente quando lhes são dadas tarefas a serem executadas de forma verossimilhante, o que pode caracterizar certa alienação do trabalho, pois a natureza do trabalho criativo é obliterada em prol da execução do método proposto. Sendo assim, o PUFV trata como cidadão e cidadã a todos e todas, independentemente da idade, sem reforçar uma cidadania futura e distante, pelo contrário, incentiva a participação nos problemas reais e atuais de todos os indivíduos nos processos de sala de aula e na vida escolar, sustentando-se em dois princípios: cidadania e cooperação. O conceito de cidadania é brevemente pautado como o valor básico de uma sociedade democrática





e entendido como o pleno exercício de direitos e responsabilidades (SICREDI, 2008h, p.46). Para realizá-lo, o indivíduo deve ser capaz de compreender os princípios da justiça, da igualdade e da equidade e agir de acordo com as leis vigentes e as normas/regras da escola. Quanto ao princípio da cooperação, o Programa ressalta três valores: o diálogo, o empreendedorismo e a solidariedade. O aporte teórico explica rapidamente o significado desses três valores: o diálogo para escutar, ouvir ideias, mudar os pontos de vista. O empreendedorismo para criar, reconhecer oportunidades, sentir-se responsável e possuir iniciativa para tomar decisões que envolvam o desempenho dentro do grupo. A solidariedade para agir em prol da união do grupo, de uma sociedade ou de uma associação cooperativa (SICREDI, 2008h, p.43).

Segundo o SICREDI (2008), para estes valores, é necessário desenvolver as competências e a habilidade de reconhecer o outro como membro do grupo, cooperar na resolução de problemas, compartilhar sentimentos e conhecimentos, habilidades para trabalhar em equipe, sentir-se responsável pelo bem coletivo.

A justificativa do Sistema SICREDI de participar diretamente na educação pública fundamenta-se na posição de responsabilizar-se, juntamente à sociedade, da elaboração de um novo tipo específico de cidadão. A Fundação também parte do pressuposto de que os valores individuais são construídos a partir de complexas relações que as pessoas estabelecem entre si e com a sociedade ao longo da vida. Daí o porquê do PUFV apoiar-se na interpretação de que uma educação em valores se faz a partir da necessária participação ativa em práticas de valores e não por meio de explicações verbais, de memorização ou transmissão de saberes. Entretanto, tal prática construtivista valoriza o espontaneísmo em detrimento do currículo formal.

Consideramos a concepção de cidadania apresentada no aporte como objetivo do PUFV de maneira rasa e sem fundamentação teórica referenciando-a. Compreendemos que o PUFV não se preocupa em desenvolver o conceito/finalidade e tratar das implicações do termo para compreender o objetivo geral do Programa.

Ponderamos em nossa percepção que os valores incitados e relacionados como parte dos conceitos cooperação e cidadania coadunam-se aos princípios da solidariedade e do empreendedorismo. Dessa forma, o Programa não reforça uma singularidade pelo viés cooperativista. Não há no aporte teórico menção à concepção cooperativista. Quando o termo é usado, é sempre no sentido de cooperação e filantropia. Nestes princípios e nas práticas de projetos de aprendizagem, reconhecemos o alinhamento do PUFV às estratégias do Terceiro Setor para a educação. Entendemos que há uma estreita aproximação ao cidadão "filantropo-empresário" apresentado anteriormente, ainda que haja nomenclaturas distintas.



## Considerações finais

Compreendida a reestruturação da sociedade civil no atual período do capitalismo, podemos analisar que a parceria público-privada da Fundação SICREDI com os municípios em que atua fortalece a concepção do cidadão empreendedor-cooperativo. As tarefas que seriam do poder público vão se esvaziando e estão sendo substituídas pelo movimento em que o Estado se retira ou diminui a sua atuação na execução de políticas, passando-as para a autorregulação da sociedade civil e de Programas que estabelecem as pautas.

Notamos que a pedagogia de projetos, ao estimular a autonomia dos estudantes para a resolução de problemas da realidade em que vivem os estudantes, repassa ao indivíduo a responsabilidade de fazer o que seria um direito social deste e conseqüentemente instiga-o ao autogoverno de si mesmo e a autogestão das misérias locais, por conseqüência, este modelo de aprendizagem é uma engrenagem que destituiu do poder público o papel de garantidor dos direitos universais e incentiva a caridade e o empreendedorismo em troca dos direitos. Entendemos que as implicações da retirada do Estado como executor de políticas sociais universais e o protagonismo do mercado como parâmetro de qualidade para a educação induzem a adaptação da cidadania aos ditames do capital, pois apresenta a conciliação entre a democracia e o capitalismo, aprofundando o consenso, apesar das desigualdades.

Daí decorre nossa percepção de que, de forma simultânea e em diferentes contextos, repetem-se as tipicidades no uso do termo cidadania e ampliam-se os usos dos adjetivos cooperação e empreendedorismo intuitivamente. Apesar das semelhanças, também suscitam notórias ambivalências do termo cidadania e polissemias de significados. Entretanto, as aproximações não são inocentes e trazem uma forma sutil e ideológica de dominação, as quais são expressas e dirigidas aos setores educacionais no âmbito internacional, nacional e no privado, atuando em rede diretamente no público por meio de legislações, documentos ou formações e parcerias locais. O PUFV tem como objetivo estimular o indivíduo a apreender e a incorporar os valores e as qualidades apresentadas, a fim de torná-lo membro de sua comunidade específica com espírito cooperativo-empreendedor. Porém, ao estimular a cooperação mútua, os conflitos das relações de poder existente são apaziguados pelo estímulo à solidariedade e à responsabilidade social, fortalecendo a lógica mercantil.

Outro apontamento é a interferência na relação entre educação e trabalho. O reconhecimento das transformações econômicas de caráter global, as exigências decorrentes da reestruturação produtiva, em termos de qualificação dos recursos humanos, em conseqüência, impuseram demandas que passaram a ser feitas ao sistema de ensino. Tais mudanças coadunam ao objetivo esperado pelo PUFV, que se coloca como parceiro para potencializar a aprendizagem em detrimento do ensino e da educação integral como direito.

Nos 22 anos do PUFV, muitos educadores aderiram e adaptaram-se aos empresários e outros buscaram entender o que está sendo proposto, acentuando





suas críticas na medida em que se torna clara a intenção de beneficiar o capital, cujo interesse está em conformar sujeitos que aprenderão a valorizar o mérito individual, a mudança, a flexibilidade, a insatisfação com o nível de aperfeiçoamento conseguido, a participação, a competição, além de beneficiar a imagem da Fundação SICREDI pela sua generosa contribuição com a causa da Educação. Dessa maneira, os novos papéis atribuídos ao Estado neoliberal no que diz respeito à educação em suas relações com o trabalho provocam impacto nas categorias conteúdo, método, espaços, atores e formas de controle internamente nas escolas, estabelecendo uma ambiguidade nos discursos e nas práticas pedagógicas. Sob a aparente reconstituição da unidade do trabalho, esconde-se sua maior precarização. O entendimento sobre a cidadania nos indica que a atitude mais adequada a se adotar, tanto do ponto de vista da produção do conhecimento quanto da ação político-prática, é a de vigilância constante, buscando identificar o sentido e o significado da palavra e do conceito, bem como perceber o que nomeiam ou escondem e que interesses articulam, já que não são fortuitos. Essa vigilância precisa ser redobrada em períodos históricos como os tempos que estamos vivendo, em que os conflitos e as disputas acirram. Manifestamos o desejo de que se aprofunde o diálogo com a pedagogia emancipatória, que vem sendo produzida nos espaços das contradições, mas que por enquanto só existe como possibilidade a se objetivar em outro modo de produção, o cooperativismo.

Percebemos que o PUFV não faz uso do vocábulo “emancipação”, o que realça o ideário da adaptação. Esta nova linguagem está sendo amplamente usada em detrimento dos seguintes vocabulários: classe, exploração, dominação, desigualdade e cooperativismo. A difusão dessa nova linguagem parece ser produto de um imperialismo apropriadamente simbólico, seus efeitos são mais poderosos e perniciosos porque ela é veiculada sob a capa da modernização e da negação da história de luta dos trabalhadores.

O novo símbolo da cidadania indica a forma hipertrofiada como se representam as relações sociais, econômicas, culturais e educativas e colocam o mercado como parâmetro de tudo. É compreensível que, no contexto de desregulamentação do capital e da nova ordem da ideologia neoliberal, o sentido da cidadania proposto pelos intelectuais do Terceiro Setor expresse uma visão de classe cujo desfecho é a naturalização da sociedade de classes. Para os interesses do capital, a ênfase na cidadania recai sobre o “cidadão produtivo” sujeito às exigências do mercado, em que o termo produtivo refere-se ao trabalhador mais capaz de gerar mais-valia. O que significa submeter-se às exigências do capital que vão no sentido da subordinação, e não da participação para o desenvolvimento de todas as suas potencialidades.

O conceito de cidadania parece um conceito pouco elaborado entre nós. Não apenas por carência de reflexão, mas porque a questão subjacente é sobre quem pertence à comunidade política e, por extensão, quem são os cidadãos e quais são os direitos que possuem. Entendemos que, no Brasil, embora, formalmente, tenhamos a mesma condição



formal, há níveis e situações concretas diferenciadas de acordo com as classes sociais. O que significa, efetivamente, acesso diferenciado aos bens necessários à sobrevivência, criando a situação de escândalo público dos indicadores de renda, traduzidos em pobreza e miséria.

Desse prisma, a fundamentação do Terceiro Setor contida na proposta do PUFV parece apoiar-se menos em uma clara lógica da cidadania emancipatória e mais na eficiência da integração social para limitar o perigo e o risco inerente à presença aumentada dos excluídos e sem direito, quando a especificidade da fundamentação teórica cooperativista poderia trazer uma perspectiva de educação que procura corrigir o social pelo econômico, utilizando a cooperativa como instrumento para atingir seus fins.

Dessa maneira cooperativa, permanecem intocadas, contudo, as relações de exploração, que estão longe de serem abolidas no mundo contemporâneo, sobretudo nos países capitalistas periféricos. Destacamos que os incentivos ao voluntariado e ao empreendedorismo, especificamente na concepção educacional proposta pelas parcerias estabelecidas entre o privado e o público, tendem a canalizar os impulsos de indignação e o sentimento de impotência do homem em face das profundas injustiças sociais aos valores estabelecidos.

Nesta construção, o desemprego e a pobreza são interpretados como infortúnios ou consequência da incapacidade individual e devem ser enfrentados por intermédio de valores morais positivos universalmente válidos e mecanismos relacionados à ajuda mútua. A solução dos problemas e a realização de demandas deveriam ser buscadas na mobilização social de pequenos grupos e por intermédio de “parcerias” com a aparelhagem estatal e outros organismos da sociedade civil, e não mais nas políticas universalizantes.

Nesse cenário, a cidadania para a Terceira Via é marcada pelo dismantelamento da democracia e a derrubada da direção dos fundos públicos para os direitos sociais, que são abolidos como direitos e transformados em serviços disponíveis no mercado para o cidadão. Afirmamos que a semântica do termo cooperação apresentada no Programa torna-se conservadora porque, por mais sensível que seja às desigualdades sociais, preserva ao mesmo tempo as hierarquias desiguais que produzem a descapacitação dos cidadãos, ao recriá-los como cidadãos ajudantes ou ajudados, dependentes da caridade da ação externa privada para a possibilidade da inclusão social.

Falta o essencial a este movimento de conscientização social proposto pelo Terceiro Setor por meio do PUFV, exatamente aquilo que os direitos sociais legalmente garantidos pelo contrato social contemplam, e a ótica cooperativista mais tradicional sustentam: um espaço público real, construído com objetividade e pretendendo a universalidade dos princípios cooperativistas. Portanto, aqueles nos quais a crítica e o dissenso organizado dos excluídos podem instalar na demanda de direitos.



- BALL, S. J. et al. A constituição da subjetividade docente no Brasil: um contexto global. **Revista Educação em Questão**, Natal, v.46 n.32, p.9-36 maio/ago. 2013.
- BRASIL. **LDB**: Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 13. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.
- BERNARDO, J. O proletariado como produtor e como produto. In: **Revista de Economia Política**, v.5, n. 3, p. 83-100, jul-set. 1985.
- BRUNO, L. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**. v.16, n.48, p.545-562, set-dez 2011.
- COUTINHO, C. N. Cidadania e Modernidade. **Revista de Ciências Sociais Perspectivas**, São Paulo, 22:41-59, 1999.
- GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 8ª ed. 1991.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1989.
- \_\_\_\_\_. **O neoliberalismo: histórias e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.
- \_\_\_\_\_. **O Enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- INGLEHART, R. Cultura e Democracia. In: HARRISON, L. E.; HUNTINGTON, S. P. **A cultura importa: os valores que definem o progresso humano**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- LIMA, K. R. S.; MARTINS, A. S. Pressupostos, princípios e estratégias. In: NEVES, L. M. W. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005. p.43-67.
- MÉSZAROS, I. **Crise estrutural necessita mudança estrutural**. Conferência de abertura do II Encontro de San Lazaro, Portugal, 2011.
- MORAES, M. C. M. **O iluminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- NEVES, L. M. W. A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, L. M. W. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005. p.85-125.
- NEWMAN, J. Gerencialismo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 353-381, maio/ago. 2012.
- OLIVEIRA, R. P. de. **A transformação da educação em mercadoria no Brasil**. Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.
- OLIVEIRA, S. de. **O paradoxo discursivo entre competitividade e colaboração: reflexões acerca da conduta moral dos estudantes dos cursos superiores de tecnologia**. 2016. 168 f. Tese (Doutorado) – Programa de Mestrado em Educação, Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

PATARO, R. F. Estratégia de projetos e complexidade na escola, possibilidades para uma educação em valores. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.21, n.1, p.114-139, jan./jun.2013. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>. Acessado em 20/11/2016.

PERONI, V. M. V. A democratização da educação em tempos de parcerias entre o público e o privado. **Revista de Educação Pública** – v.19, n.40, maio-ago. Cuiabá: EdUFMG, 2010.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Políticas educacionais em tempos de redefinições no papel do Estado: Implicações para a democratização da educação**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, Gráfica e Editora UFPEL, 2011.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília: Liber Livro, 2013. 352p.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação**. São Leopoldo: Oikos, 2015. 326p.

\_\_\_\_\_. et al. Estado e Terceiro Setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 30, n. 108, p. 761-778, out. 2009

PERRENOUD, P. **Escola e Cidadania: o papel da escola na formação para a democracia**. (trad. Fátima Murad). Porto Alegre: Artmed, 2005.

PIRES, D. de O. A configuração jurídica da relação público-privada: A parceria entre o município de Sapiranga e o Instituto Ayrton Senna. In: PERONI, V. M. V.; ROSSI, A. J. (Org.). **Políticas educacionais em tempos de redefinições no papel do Estado: Implicações para a democratização da educação**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, Gráfica e Editora UFPEL, 2011.

RAMOS, M. N. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Corte, 2001.

RAMOS, G. S. **Universidade pública e fundações privadas: A hegemonia privatista na produção do discurso e na apropriação dos recursos**. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-08062015-143951/en.php>.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008. 112p (Coleção Educação Contemporânea).

\_\_\_\_\_. **A Nova Lei da Educação: LDB – trajetórias, limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 1997.

\_\_\_\_\_. Gramsci e a educação no Brasil: para uma teoria gramsciana da educação e da escola. In: SCHLESENER, A. H. (Org.). **Filosofia, política e educação: leituras de Antonio Gramsci**. Curitiba: UTP, 2014.

SCHNEIDER, J. O. et at. (Coord.). **Educação e capacitação cooperativa: Os desafios no seu desempenho**. São Leopoldo, RS: Editora UNISINOS, 2010.

\_\_\_\_\_. **A educação cooperativa e suas práticas**. Brasília/São Leopoldo: SESCOOP/Ed. UNISINOS, 2003.

SCHULTZ, T. **O capital humano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. Tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo: Nova Cultural, 1997.





SICREDI, Fundação. **A União Faz a Vida, 2018**. Disponível em: <http://www.vidacooperativa.com.br/>. Acessado em 20/11/2018.

\_\_\_\_\_. **Coleção de Educação Cooperativa: Conhecendo o Programa, 2008a**. Disponível em: [http://auniaofazavida.com.br/colecaodeeducacao\\_corporativa](http://auniaofazavida.com.br/colecaodeeducacao_corporativa). Acessado em 20/11/2016.

\_\_\_\_\_. **Coleção de Educação Cooperativa: Vivenciando trajetórias cooperativas, 2008b**. Disponível em: [http://auniaofazavida.com.br/colecaodeeducacao\\_corporativa](http://auniaofazavida.com.br/colecaodeeducacao_corporativa). Acessado em 20/11/2016.

\_\_\_\_\_. **Coleção de Educação Cooperativa: Formando Educadores, 2008c**. Disponível em: [http://auniaofazavida.com.br/colecaodeeducacao\\_corporativa](http://auniaofazavida.com.br/colecaodeeducacao_corporativa). Acessado em 20/11/2016.

\_\_\_\_\_. **Caderno didático para assessores pedagógicos. Módulo 1, 2008d**. Disponível em: [http://auniaofazavida.com.br/assessorpedagogico\\_ficharios](http://auniaofazavida.com.br/assessorpedagogico_ficharios). Acessado em 20/11/2016.

\_\_\_\_\_. **Caderno didático para assessores pedagógicos. Módulo 2, 2008e**. Disponível em: [http://auniaofazavida.com.br/assessorpedagogico\\_ficharios](http://auniaofazavida.com.br/assessorpedagogico_ficharios). Acessado em 20/11/2016.

\_\_\_\_\_. **Caderno didático para assessores pedagógicos. Módulo 3, 2008f**. Disponível em: [http://auniaofazavida.com.br/assessorpedagogico\\_ficharios](http://auniaofazavida.com.br/assessorpedagogico_ficharios). Acessado em 20/11/2016.

\_\_\_\_\_. **Caderno didático para assessores pedagógicos. Módulo 4, 2008g**. Disponível em: [http://auniaofazavida.com.br/assessorpedagogico\\_ficharios](http://auniaofazavida.com.br/assessorpedagogico_ficharios). Acessado em 20/11/2016.

\_\_\_\_\_. **Coleção de Educação Cooperativa: Vivenciando trajetórias cooperativas, 2009**. Disponível em: [http://auniaofazavida.com.br/colecaodeeducacao\\_corporativa](http://auniaofazavida.com.br/colecaodeeducacao_corporativa). Acessado em 20/11/2016.

\_\_\_\_\_. **Caderno didático para assessores pedagógicos. Módulo Formação de Gestores Escolares, 2008h**. Disponível em: [http://auniaofazavida.com.br/assessorpedagogico\\_ficharios](http://auniaofazavida.com.br/assessorpedagogico_ficharios). Acessado em 20/11/2016.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Fundação SICREDI 2010**. Disponível em: [http://www.auniaofazavida.com.br/oprograma\\_afundacao](http://www.auniaofazavida.com.br/oprograma_afundacao). Acessado em 25/01/2017

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WOOD, E. M. **Democracia contra o capitalismo e a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ZANELLA, J. L. **Cidadania: Qual cidadania?** Revista Faz Ciência, 07 jan. 2005, pp;189-202

*Artigo recebido em: 06/02/2019*

*Aprovado em: 21/03/2019*

### **Contato para correspondência:**

Felipe José Schmidt. *E-mail:* [felipe.schmidt@ifsc.edu.br](mailto:felipe.schmidt@ifsc.edu.br)

